

A IMPORTÂNCIA DA DISCUSSÃO DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO ÂMBITO ESCOLAR

THE IMPORTANCE OF DISCUSSION ON GENDER AND SEXUALITY IN THE SCHOOL SCOPE

Marcos Henrique Carneiro Alves¹

Geovane Dos Santos Bitencourt²

Jacob Dos Santos Biziak³

RESUMO: O presente artigo aborda parte da discussão sobre gênero e sexualidade nas escolas. Assim sendo, objetiva, de modo geral, enfatizar a importância de se buscarem dinâmicas que condigam com a atual realidade dentro do ensino de ciências, abordando sobre sexualidades e diferenças de gênero. Sabe-se que poucos tópicos como esses são abordados dentro da escola, se comparados à abrangência do assunto; e, quando isso ocorre, são discutidos apenas assuntos relacionados às DSTs ou à gravidez na adolescência. Logo, no ensino de ciências na educação básica, discussões críticas sobre gênero e sexualidade, por exemplo, acabam ficando excluídas. Diante disso, o presente artigo traz, em seu referencial teórico, conceitos, temáticas e reflexões que margeiam os temas de gêneros e sexualidades, assim como o papel da sociedade (em especial, o aparelho escolar) em relação a processos de subjetivação. Hoje, a nossa sociedade vive outras condições de produção, devido aos diversos movimentos sociais, fazendo-se necessário despertar uma visão diferente em relação às formas de interação. Essas interações. Essas atuam nos processos de subjetivação; assim, seria de muita valia procurar entendê-las em desdobramentos nos espaços escolares. Por fim, espera-se que o presente trabalho venha despertar o interesse de novos pesquisadores em relação à temática e sua importância de debate.

Palavras-Chave: Educação. Gênero. Sujeito. Ciências.

ABSTRACT: This article addresses part of the discussion about gender and sexuality in schools. Therefore, it aims, in general, to emphasize the importance of seeking dynamics that match the current reality within science teaching, addressing sexualities and gender differences. It is known that few topics like these are addressed within the school, compared to the scope of the subject; and, when this occurs, only issues related to STDs or teenage pregnancy are discussed. Therefore, in science teaching in basic education, critical discussions about gender and sexuality, for example, end up being excluded. In view of this, the present article brings, in its theoretical framework, concepts, themes and reflections that border the themes of gender and sexualities, as well as the role of society (in particular, the school apparatus) in relation to subjectivation processes. Today, our society experiences other production conditions, due to the different social movements, making it necessary to awaken a different vision in relation to the forms of interaction. These interactions. These act in the processes of subjectivation; thus, it would be of great value to try to understand them in developments in school spaces. Finally, it is expected that the present work will arouse the interest of new researchers in relation to the theme and its importance for debate.

Keywords: Education. Gender. Subject. Sciences.

Graduação em Ciências Biológicas, Instituto Federal do Paraná. E-mail: marcoshcalves23@gmail.com¹.

Graduação em Ciências Biológicas, Instituto Federal do Paraná. E-mail :geovanebitencourt96@gmail.com²

Doutor em Estudos Literários, Instituto Federal de São Paulo/Universidade Estadual Paulista. E-mail: jacob.biziak@ifpr.edu.br³

1. INTRODUÇÃO

De modo geral, as mudanças que vêm ocorrendo em nossa sociedade, nas últimas décadas, de certa forma, possuem uma ligação e influenciam de formas variadas a vida das pessoas, alterando as concepções, a construção, o reconhecimento e a ressignificação de todo um aparato simbólico, no qual assuntos, práticas e identidades sexuais e de gêneros deveriam ser levadas em consideração. Certamente, jovens de gerações mais recentes poderão ter outros questionamentos em relação à sexualidade, se comparados a jovens do século XX, por exemplo, ou de outras épocas e regiões. Durante muito tempo, as discussões relacionadas à sexualidade pareciam não ter nenhuma relevância social e eram consideradas um assunto extremamente particular e pessoal. Eventualmente, comentava-se sobre o assunto com pessoas mais próximas, de forma que abordar e falar sobre sexualidade era um princípio de prerrogativa de quem levava uma vida adulta (LOURO, 2000).

Em meados do século XIX, Foucault (1988) descreve em seu trabalho uma proliferação de enunciados, em diferentes formações discursivas, em torno do tema sexualidade, os quais tinham como objetivo a criação de métodos de controle das práticas, do pensamento e dos desejos sexuais de crianças, jovens, adultos e idosos. Contudo, quando falamos de sexualidade, hoje, é imprescindível abordar questões de gênero (claro, sem estabelecer relações de naturalidade e/ou obviedade entre ambos), pois são construções históricas, culturais e sociais, não sendo apenas uma questão pessoal, mas “social e política” (SCOTT, 1995).

Para Da Silva (1999), gênero, enquanto construído socialmente, diz respeito aos processos de subjetivação e identificação. Ou seja, gênero é uma construção social e história utilizada para diferenciação de supostas funções sociais na sociedade. Pensando de um ponto de vista ideológico enquanto subjetivação e assujeitamento, a sociedade ainda é movida e construída por um pensamento dominante, o qual permaneceu hegemônico ao longo dos anos

e influenciou na construção de uma visão normalizadora em diversas áreas da nossa sociedade. O pensamento hegemônico eurocêntrico (branco, heterossexual) reafirmado e perpetuado por séculos através das diversas colonizações.

Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016) descrevem que vivermos em uma sociedade “pós-colonial”, o que não é um indicativo de que já superamos os efeitos do processo da colonização, muito pelo contrário: seus efeitos estão presentes em nossa sociedade, seja na forma de pensar, na hierarquização dos espaços, conflito de poder, discussões raciais e de diversidade gênero. Para Haraway (1991), a epistemologia dominante em nossa sociedade traz uma falsa concepção de “neutralidade”; sendo assim, o social (logo, o político das diferenças) é predominantemente voltado e organizado sobre uma dominância masculina e branca.

Da Silva (1999) chama a atenção para o fato de que a própria ciência é um dispositivo de subjetivação eminentemente masculino, operando uma segmentação entre sujeito e objeto, partindo da teoria de dominação e controle: sobre a natureza e sobre os “humanos”; ou seja, a própria sociedade criou aspectos culturais direcionados ao “masculino”, ao “homem”. Ao direcionar nossa atenção para um caráter social, histórico e ideológico, não pretendemos negar que o gênero se constitui de/com/nos corpos sexuados, mas enfatizar, deliberadamente, a construção histórica e política produzida sobre supostas características “meramente biológicas”. Dessa forma, quando falamos de sexualidade ou gênero, não por acaso (mas por meio do funcionamento discursivo das ciências reconhecidas academicamente), a primeira “coisa que nos vem à mente”, aparentemente, são características anatômicas e fisiológicas (LOURO, 2003).

Na escola, mais especificamente no Ensino Fundamental, a sexualidade é trabalhada no ensino de ciências no 8º ano, dentro do conteúdo do sistema reprodutor feminino e masculino, restringindo-se apenas à fisiologia, à anatomia dos órgãos, às DSTs, à gravidez na adolescência. Dessa forma, algumas questões relacionadas às diferenças, desigualdades de gênero e identificações da sexualidade quase nunca são discutidos (a não ser de um

ponto de vista e com métodos repressivos e normatizadores). Partindo desse contexto, questionou-se: *Qual a relevância de se trabalhar diversidade de gênero com o 8º do ensino fundamental dentro do tema sexualidade?*

Por conseguinte, com intuito de debater esse questionamento, o presente artigo foi se estruturando e, objetivando de forma geral, traz uma discussão em seu referencial teórico de forma a afirmar a importância de se buscar dinâmicas que compactuem com uma concepção de realidade e sociedade na qual as diferenças são constitutivas de toda subjetivação, e não somente de identidades subalternizadas. Buscamos pensar os desdobramentos disso dentro do ensino de ciências, assim como reforçar que temas relacionados às diferenças de gêneros e de sexualidades são muito relevantes e devem ser abordados dentro do âmbito escolar. Por fim, para um melhor entendimento do presente estudo, o próximo capítulo descreve a metodologia os caminhos que foram permeados para chegar até aqui.

2. METODOLOGIA

O presente artigo é fruto das reflexões da disciplina eletiva “*A Construção Discursiva e a Abordagem das Diferenças no Espaço Escolar*”, do curso de Pós-graduação em Linguagens Híbridas e Educação do Instituto Federal do Paraná, Campus Palmas – PR. Para tanto, com intuito de estruturar um referencial teórico adequado, de início, foram selecionados alguns textos trabalhados na disciplina e outros artigos e dissertações pesquisados na internet que compactuavam com a temática e a base epistemológica em questão discutida. Dessa forma, uma preocupação foi não só acumular leituras e autores, mas aproximar aqueles que podem ser postos em diálogos coerentes, respeitando as condições de produção de cada texto e suas concepções de conhecimento e sociedade. Por assim dizer, caracterizando o cunho do presente artigo como de trabalho de revisão bibliográfica. Para Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é realizada e caracterizada pela busca de estudo

já publicados, com intuito de compreender e refletir sobre alguma ideia ou problemática.

Contudo, por se tratar de uma investigação sobre efeitos de sentidos sobre “realidades” e de questões importantes a serem ressaltadas em nossa sociedade, o presente artigo também pode ser considerado qualitativo. Segundo Mynaio (2002), pesquisas que permeiam esse caminho, estão atreladas a um universo de sentidos, como motivos, aspirações, construção de valores, ideias, atitudes e motivos: tudo aquilo que compreende as relações mais profundas presentes em nossa sociedade que não podem ser reduzidas em meras variáveis numéricas. Para tanto, o nosso referencial objetiva responder o questionamento que anteriormente foi apresentado, assim como pretende-se, através dele, alcançar os objetivos outrora propostos, trazendo uma reflexão em torno de dinâmicas e abordagens que podem ser realizadas sobre diferenças de gêneros e sexualidades, notadamente no âmbito escolar.

3. GÊNERO, SEXUALIDADE E SOCIEDADE

Os debates relacionados a gêneros são marcados por uma história de lutas e múltiplas disputas, de forma que passaram a abordar questões para além do que seria “feminino e masculino”. Assim, segundo Bento (2017), o debate sobre gênero pode estar ligado mais a questões culturais do que definitivamente à diferenciação por uma simples genitália, estando, então, relacionada à interação e aos posicionamentos sociais de cada sujeito. Sendo assim, os gêneros são constituídos todos os dias (BENTO, 2017).

Questões relacionadas ao gênero, comumente, estiveram alicerçadas em uma relação binária, “homem e mulher/masculino e feminino”, sempre funcionando com diversas formas discursivas de desigualdade entre esses, visto que, em uma sociedade patriarcal, as posições lidas como masculinas, de diferentes maneiras, exerciam uma dominância em relação à mulher. Na distribuição dos afazeres, por exemplo, eram destinadas a elas somente

atividades domésticas; e, no período pós-clássico, por sua vez, a desigualdade entre esses dois gêneros se fortaleceu por conta dos padrões presentes em sociedades que se consideram “sociedades agrícolas” (STEARNS, 2017).

Todavia, visto que as relações de gênero são instáveis, podem refletir contradições e concepções. Assim sendo, ao se trabalhar a categoria de gênero, é importante ter em mente que as questões entre sujeitos gendrados estão relacionadas a vivências distintas, as quais não podem ser acessadas e/ou decifradas de maneira completamente objetiva e transparente. Paralelamente, através da dualidade, constituíram-se funcionamentos da desigualdade e das diferenças em nossa sociedade, processo historicamente marcado por violências, discriminação, poder e hierarquias, normalizando subalternidades (COSTA; MADEIRA; SILVERA, 2012). Deve-se ter consciência de que tal dinâmica de relação não se caracteriza como uma via de mão única e que há todo um trabalho de elaboração simbólico/imaginário em relação ao “o que seria gênero”, sempre atrelados a dispositivos de poder (SCOTT, 1995).

Para Scott (1995), a análise constante da sociedade parte de um viés dicotômico sobre o gênero, geralmente se reconhecendo homem e mulher como polos opostos que se relacionam dentro de uma simbiose, de lógicas invariáveis de dominação e submissão, respectivamente. Para tanto:

[...] a origem do gênero não é temporalmente discreta, precisamente porque o gênero não é subitamente originado num certo momento no tempo, depois do qual ele adquire uma forma fixa. [...] não se pode traçar o gênero até uma origem definível, porque ele próprio é uma atividade criadora ocorrendo incessantemente [...] o gênero é uma maneira contemporânea de organizar normas culturais passadas e futuras, um modo de a pessoa situar-se através destas normas, um estilo de viver o corpo no mundo. [...] o gênero é uma maneira de existir do corpo e o corpo, é uma situação, ou seja, um campo de possibilidades culturais recebidas e reinterpretadas. O corpo de uma mulher é essencial para definir sua situação no mundo. Contudo, é insuficiente para defini-la como mulher. Esta definição só se processa através da atividade desta mulher na sociedade. Isto equivale dizer [...] que o gênero se constrói - expressa através das relações sociais. (SAFFIOTI, 1992, p. 189).

Ainda segundo Scott (1995), é defendida a ideia de que a compreensão de gênero está ligada à percepção, estruturação e organização

simbólica de uma vida social. Dessa forma pode-se dizer que tal concepção vai além de uma definição biológica, estando ligada à construção e concepção do poder e de sua realidade. Para Louro (2003), isso permite entender que o gênero se constrói através de relações sociais complexas, de construção recíproca, legitimadas nas relações de poder. Toda essa reflexão sobre relações entre gêneros e poder e a concepção de gênero, contribui para justificar algumas interações violentas (ZANATTA; FARIA, 2018).

Para além, as questões relacionadas às diferenças de gêneros repercutem em problematizações sobre identidade. Um sujeito, logo ao nascer, para ser reconhecido pelas alteridades que o circundam, é interpelado a uma identificação que lhe é atribuída, sem que haja uma (cons)ciência sobre como isso ocorre. Essas questões e reflexões devem estar presentes no ambiente escolar; afirmando-se quase sempre na luta de certos movimentos. Para tanto, segundo Souza Junior (2018):

Sabemos que o primeiro contato com tal definição é no seio familiar, onde estes, ao desejarem seus pais, buscam se moldar aos mesmos. Após tal momento, a escola se apresenta como interlocutora destes debates, os quais começaram a se intensificar nos anos 70, em que buscavam a sua inserção nos currículos escolares, devido a mudança de comportamento de jovens dos anos 60, mais tarde, tal debate se estrutura, devido a uma série de acontecimentos, como, o surgimento/fortalecimento de movimentos sociais feministas e LGBTs, que buscavam o respeito aos sujeitos envolvidos e o respeito à diversidade; a busca pela garantia dos direitos sexuais; a proliferação da epidemia do HIV-Aids. (SOUZA JUNIOR, 2018, p, 03).

4. EDUCAÇÃO SEXUAL E DE GÊNERO

As práticas sociais científicas e a capacidade de inquirir, investigar e decifrar questões sobre a/da natureza, voltadas para o ser humano racional, científico, dominam quase a totalidade da história ocidental. Rene Descartes foi matemático cientista e profundamente influenciado pela “nova ciência” do século XVII. Descartes descreveu duas principais substâncias, a espacial (matéria) e a pensante (mente): focalizando o dualismo entre a mente e a matéria, ele indagava a constituição dos elementos e defendia que toda a

matéria era reduzida a elementos essenciais. No centro da mente, ele colocou o sujeito individual constituído de uma capacidade de pensar raciocinar, e, desde então, o sujeito colocado no centro capaz de pensar e raciocinar foi conhecida como o sujeito cartesiano e fundamentou a constituição do cidadão de direitos moderno (HALL, 2006).

Surgia então uma concepção de um sujeito social, por meio do qual o “indivíduo livre e volitivo” passou a ser visto como um ser que se localiza e participava no interior dessas grandes estruturas com formações sustentadoras da sociedade moderna. Dentro de toda essa transformação, dois eventos foram muito importantes para a articulação de outros fundamentos e concepções que afetaram os processos de subjetivação. A primeira foi a biologia darwiniana, na qual o sujeito foi apresentado biologicamente, tendo sua base na natureza, e a mente seria o resultado do desenvolvimento do cérebro. O segundo foi o evento do surgimento das novas ciências sociais, contudo, essas transformações impostas pelas ações não foram igualitárias (HALL, 2006).

Essas mudanças em relação às concepções hegemônicas de sujeito transformaram os processos de significação, e isso também tem ocorrido em relação a questões de sexualidade. Há, uma variedade de formas de viver, prazeres e desejos sexuais. Porém, existe um aspecto cujo funcionamento produz efeitos danosos em relação às sexualidades: a negação e condenação. Desde os anos 60, discussões sobre identidade, sexualidade e gênero se tornaram cada vez mais frequentes, alavancadas por movimentos feministas, gays e lésbicos, e sustentados por diversos grupos os quais também se sentisse ameaçado em relação a essas manifestações. Novas identidades passaram a ser visíveis na sociedade, resultantes de um processo de diferenciação. Novas divisões sociais surgiram passando a chamar de políticas de identidades (HALL, 1997).

As transformações sociais constituíram novas formas de relacionamento e novos estilos de vida, os quais, em meados dos anos sessenta, se mostravam perturbadores e passariam a crescer ainda mais em anos seguintes, passando a intervir em setores os quais por anos se mantiveram relativamente estáveis. Todas essas mudanças desestabilizaram

antigas certezas, apresentando novas noções de tempo, de realidade, espaço, subvertendo as formas de uma vida (re)conhecida: por exemplo, as relações virtuais, o início de uma vida sexual precoce em jovens e adolescentes, união afetiva de indivíduos do mesmo gênero (LOURO, 2000).

Pode-se dizer que todas essas transformações influenciam diretamente a forma de se viver e a construção de identificações de gêneros e sexualidades, constituindo formas materiais de existência para todos, pois permitem novas respostas a questionamentos e, obviamente, provocam novas indagações. Dessa forma, podem-se abordar alguns pontos com intuito de sustentar essas respostas. O primeiro deles seria que compreender a sexualidade não é somente uma questão pessoal, mas, sim, social e política; o segundo é que a sexualidade é construída ao longo de nossas vidas, de diversas formas pelos processos de subjetivação (LOURO, 2000). A sexualidade está ligada às linguagens, fantasias, representações e aos símbolos, sendo um processo cultural, histórico e ideológico. Assim, nada há de natural, começando pela própria concepção do corpo ou da natureza, já que não são verdade ou essências, mas valores compostos e definidos através das interações sociais e moldadas pelas diferentes redes de práticas de poder da sociedade (LOURO, 2000).

O âmbito da história e cultura atua no processo de definição de identificações sociais, constituindo os sujeitos, na medida em que esses são colocados em diferentes práticas sociais. Essas identidades podem produzir efeitos distintos, divergentes ou até mesmo contraditórios, pois somos sujeitos de múltiplas identidades, constituídos em um aparato simbólico sujeitos à falha. O fato relevante é: as possibilidades de identificação possuem um caráter fragmentado, instável, histórico e plural, afirmado por teóricos(as) culturais (LOURO, 2000).

Devido à centralidade que a sexualidade assumiu nas modernas e contemporâneas sociedades ocidentais, de certa forma, passa a ser difícil, paulatinamente, controlá-la devido a sua fluidez e inconstância. De maneira geral, a própria sociedade realiza um processo de “estigmatizar”, construindo demarcadores de fronteiras entre aqueles que apresentam ou não padrões

aceitáveis em relação a uma determinada norma. Em nossa sociedade ocidental, esses padrões são caracterizados historicamente como um sujeito, homem branco, heterossexual, classe média, zona urbana e cristão, sendo essa a referência a que mais precisa ser revista. Assim, serão os “outros” sujeitos sociais que deverão ser marcados e denominados a partir desta referência.

Por conseguinte, a mulher passa a ser marcada como o segundo sexo, e gays e lésbicas passam a ser considerados desviantes das normas heterossexuais (LOURO, 2000). Para além do dualismo entre sujeito interno e externo, emergirá outra forma preocupante de sujeito: o isolado, exilado, subalternizado ou alienado, que se coloca contra o pano de fundo da multidão ou da metrópole anônima e impessoal (HALL, 2006). Os procedimentos de formulação de identificações, então, fragmentaram-se em relação à concepção do sujeito racionalista cartesiano, não ocorrendo somente uma desagregação, mas também o deslocamento (HALL, 2006).

Por conseguinte, será discutida a abordagem da temática da sexualidade dentro do âmbito escolar. Certas questões muito importantes deveriam ser abordadas; contudo, são tratadas de forma marginal, ou, quando trabalhadas, ainda trazem em seu cerne ações extremamente conservadoras e repressoras; ou, pior, na maioria das vezes, não são trabalhadas de forma crítica devido à formulação que postula determinadas obrigatoriedades dentro dos currículos. Visto isso, o tópico seguinte trata de “educação sexual” dentro deste contexto: a escola desempenha um importante papel social como lugar de construção do conhecimento e dos processos de subjetivação dentro do Estado capitalista.

5. SEXUALIDADE, GÊNERO E ESCOLA

Segundo Louro (2000), dentro do âmbito escolar, existem mecanismos que objetivam avaliar o quanto o indivíduo está se aproximando ou se afastando das normas desejadas em relação a um suposto modelo específico a

ser seguido ou alcançado. E, dessa forma, isso não se reflete somente nos conteúdos trabalhados, mas, antes de tudo, em situações do cotidiano, experiências comuns e extraordinárias, vividas no seu interior entre colegas e professores(as). Marcas essas, que nos fazem lembrar que essas instituições influenciam na construção de nossas identidades sociais de gênero e sexualidade (LOURO, 2000).

Logo, a escola definiria padrões, os quais influenciam nas possibilidades de subjetivação. Por isso, não se deve marginalizar o papel da escola na vida e na construção social das pessoas, mas, sim, questionar um modelo sexista e comportamental impostos aos sujeitos. Para Corrigan (1991), esses ambientes, mesmo que sutil e discretamente, exercem influência através da pedagogia, da sexualidade e do disciplinamento dos corpos.

Assim sendo, para que o assunto em pauta seja inserido de maneira didática nessa discussão, podemos abordar as diferenças de sexualidades em três eixos: biológico, identidade social e orientação sexual. O primeiro integra-se pelas características fenotípicas e genotípicas, presentes na natureza humana. Isso faz com que, pela combinação dos cromossomos X e Y, existam apenas dois sexos (ainda que isso seja alta e fortemente debatidos por teóricos e teóricas diversas, como Judith Butler), denominados como macho e fêmea (BRASIL, 2011), os quais, no entanto, não necessariamente determinam comportamentos sexuais exclusivos. Entretanto, sabe-se que essa abordagem na relação entre corpo e desejo é bem superficial e extremamente específica dentro do contexto escolar.

É entendido que os processos de identificações sociais de sexualidades, por sua vez, é algo construído a partir de possibilidades socialmente agenciadas, não havendo um exercício “puro” de liberdade, mas práticas de experiências em condições de produção bem definidas e específicas. Ou seja, nas identidades sociais de sexualidade, não há relação direta aos componentes dos cromossomos ou ao suposto “corpo biológico”. Assim, podemos dizer que ninguém “nasce homem ou mulher”, mas que nos

tornamos o que somos ao longo da vida com relação a constante interação social (BRASIL, 2011).

Outrossim, a chamada orientação sexual é entendida pelo desejo erótico, vivenciado, e elaborado e significado por cada sujeito, distinguindo-os, hegemonicamente (mas não só), por heterossexual, homossexual ou bissexual. As orientações sexuais também se tornam possíveis em relação ao que “é” normalizado socialmente e suas resistências em relação a isso. Portanto, não se trata de “opção” sexual, já que não se trata de escolhas conscientes:

Quando falamos sobre diversidade sexual, logo nos vem à cabeça a questão do preconceito e da discriminação, a ideia de que ser homossexual ou bissexual é errada. Alguma vez você já parou para pensar no que afeta a sua vida o fato de alguém que está ao seu lado beijar uma pessoa do mesmo sexo ou do sexo oposto? Por que será que dois homens ou duas mulheres manifestando afeto chocam tanto? É certo discriminar alguém simplesmente por amar de forma diferente da sua? Afinal, quando se fala de amar, existe o certo e o errado? (BRASIL, 2011).

Assim, essas temáticas relacionadas à sexualidade, são pouco trabalhadas dentro do âmbito escolar. Mas o fato é que essa ausência de discussão dentro do aparelho escolar pode ser preocupante, facilitando a discriminação e os abusos reafirmados justamente por não haver ações que despertem um olhar de oposição a essas formas de violência.

Para tanto, segundo o Plano Nacional de Educação (PNE), quando foi instituído pela Lei 10. 172 em 09 de janeiro de 2001, questões relacionadas a gêneros e sexualidades não estão muito presentes dentro do documento e, quando ocorrem, suas aparições são bem tímidas. Entretanto, em 2010, buscando erradicar o preconceito e a discriminação ao que diz respeito às orientações sexuais e às diferenças de gêneros, um projeto de lei foi encaminhado com intuito de vigorar e ficar vigente entre os anos de 2010 e 2020, prevendo uma rede de proteção do LGBT com sua discriminação e exclusão. Sendo assim, essa proposta foi aprovada no ano de 2014, contudo, sem sua promoção devida (SOUZA JUNIOR, 2018).

A influência de uma linha conservadora nas diversas instâncias políticas (municipal, estadual e federal), ligada às bancadas religiosas, se contrapôs a essa proposta, solicitando, mediante a aprovação de uma PNE no ano de 2015, a não inclusão dos debates supracitados anteriormente. O governo de Michel Temer, em sua versão final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), não fez menção em relação às questões relacionadas às diferenças de gêneros, sexualidades e identidades, atendendo os anseios da bancada presente, segundo os quais o corpo deveria ser educado para reproduzir e produzir um padrão vigente. Essa versão que foi designada ao Conselho Nacional de Educação (CNE) em abril de 2015, foi aprovada em 2017, no dia 22 de dezembro, presente na CNE/CP nº 2. (SOUZA JUNIOR, 2018).

Já ao que diz respeito ao enfrentamento de um governo, que de certa forma repudia questões relacionadas a diversidade de gênero:

A participação da sociedade civil organizada e dos educadores ligados à questão na busca do reconhecimento dos diferentes é mais uma etapa deste enfrentamento, onde pleiteia-se um arranjo na educação, voltada à educação para a diversidade com a eliminação do preconceito, discriminação e violência, especialmente no que se refere a questões de gênero e sexualidade. Essas questões requerem a adoção de políticas públicas educacionais capazes de debates sobre gênero, sexualidade, identidade de gênero e educação sexual garantindo a diversidade e o respeito às diferenças. Neste contexto, procuramos discutir as reproduções das desigualdades sexuais produzidas por pessoas heterossexuais a pessoas LGBTQIs, em atos e normas, sobre gênero e sexualidades. (SOUZA JUNIOR, 2018. p, 21).

Para tanto, a ausência de discussões relacionadas à sexualidade, diversidade de gênero e identidade dentro do âmbito escolar só aumenta a discriminação, a violência, os constrangimentos, as agressões verbais e físicas, o abuso sexual e moral, dentre outras barbáries que, hoje, fazem parte dessa triste realidade. Outrossim, segundo Louro (2003), assim como ler e escrever, as crianças também aprendem desde cedo a fazer piadas, nomear seus colegas com apelidos, gozações, se referindo a todos e todas que não se encaixam aos “padrões culturais tradicionais”.

Visto isso, ao trabalhar explicitamente com o tema “sexualidades”, questões além daquelas que há muito tempo são trabalhadas, de certa forma, podem mitigar os impactos em relação à discriminação daqueles e daquelas que querem ter sua identidade (re)conhecida, resistindo a um modelo, patriarcal, eurocêntrico, machista e homofóbico. Claro que as questões que tangem o tema sexualidade, como, DSTs, gravidez na adolescência e reprodução sexual também são importantes e devem ser trabalhadas, contudo, não se deve abster das discussões relacionadas a orientação sexual, diversidade de gênero, desigualdade de gênero, identidade, dentre outras.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As constantes mudanças nos mais diversos aspectos de nossas vidas fazem parte do atual contexto social. Por conseguinte, questões essenciais para a construção do indivíduo devem ser trabalhadas de formas multi e interdisciplinares, devendo-se dar um passo além da zona de estabilidade para se buscarem meios e dinâmicas que, de certa forma, resultem em uma efetiva reflexão que visibilize discussões que problematizem a realidade na qual o indivíduo vive. Visto isso, o presente artigo objetivou trazer para discussão uma temática que geralmente não é trabalhada dentro do âmbito escolar, mas que, entretanto, deveria ser: a sexualidade, abordando questões relacionadas a diversidade de gênero, desigualdade e identidade.

Há alguns decênios (e ainda hoje), discutir sexualidade era visto como algo à beira do escândalo e tomar frente ao tema era um indicativo de que se vivia uma vida adulta, declarando um posicionamento de oposição ao que se julgava ser correto. Contudo, quando se pensava em sexualidade, quase que de forma automática, imaginava-se algo diretamente condicionado aos lugares de “homem e mulher”, ambos heterossexuais, branco, cristão, um modelo “social da sociedade”, e sobre as relações de sexualidade dissidentes nada era discutido, pois não faziam parte do “modelo social aceitável”. Este pode influenciar na formação do sujeito através da exclusão e opressão daqueles que não seguem o “modelo social”.

Dessa forma, é notório o fato de que a sociedade foi construída a partir de paradigmas epistêmicos os quais estão enraizados e se fazem presentes na atual sociedade; porém, se faz necessário uma mudança, na forma de pensar, na construção do conhecimento, mudando certas ações e, principalmente, a forma como se nomeia e funciona o mundo à nossa volta. Enquanto não houver a problematização adequada em relação aos paradigmas hegemônicos, a sociedade está destinada a intensificar as diferenças, ao invés do contrário.

Por fim, espera-se que o presente artigo traga reflexões no que diz respeito às diferenças de gêneros e sexualidades, e que, de fato, venha a incentivar mais pesquisadores a realizar trabalhos nesse campo de discussão. Para além disso, que seja um incentivo aos professores e profissionais da área da educação para a realização de uma abordagem dentro do tema sexualidades e gêneros de forma multidisciplinar, para além das DSTs, do sistema reprodutor e da gravidez na adolescência, auxiliando, assim, na (re/des)construção de um pensamento que busque diminuir o preconceito, violência, abusos e ódio.

REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.

BERNARDINO-COSTA, Joaze e GROSGOQUEL, Ramon. **Decolonialidade e perspectiva negra**. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Adolescentes e jovens para a educação entre pares: Diversidades Sexuais. Brasília: Ministério da Saúde: 2011, 56 p. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/formacao_acao/1semestr e2016/anexo3_fa_cergds.pdf. Acesso em: 14/10/2020.

CORRIGAN, Philip. **Making the boy: meditations on what grammar school did with, to and for my body**. In Henri Giroux (org.), Postmodernism, feminism and cultural politics. Nova York: State University of New York Press, 1991. p.196-216.

COSTA, Renata; MADEIRA, Maria; SILVERA, Clara. Relações de gênero e poder: tecendo caminhos para a desconstrução da subordinação feminina. **17º**

Encontro nacional da rede feminista e norte e nordeste de estudos e pesquisa sobre a mulher e relações de gênero, v. 17, p. 222-240, 2012.

DA SILVA, Tomaz. T. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

FOUCAUL, Michael. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 13ª ed. Trad. Maria T. da C.Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Graal, 1988.

GIL, Antonio. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HALL, Stuart. A identidade Cultural da Pós-modernidade: **Nascimento e Morte do Sujeito Moderno**. ed. 10. Editora DP&A, 2006. (pg. 23-46).

HARAWAY, Donna. Simians, cyborgs, and women: **the reinvention of nature**. New York: Routledge, 1991.

LOURO. Guacira. L. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Ed. 6°. Edt. VOZES, 2003.

LOURO. Guacira. L. **O Corpo Educado Pedagogias da Sexualidade**. ed. 2. Belo Horizonte, 2000.

MINAYO. Maria Cecília de Souza. “Ciência, Técnica e Arte: O desafio da Pesquisa Social”. In: **Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade**. 21ª ed., Petrópolis, Vozes. 2002. P. 09-29.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Rearticulando Gênero e Classe Social**. In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de Oliveira. Uma questão de Gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SANCHES, Patrícia. **A pessoa transgênera e a proteção do direito à identidade de gênero no nome e no sexo civil**. In: FERRAZ, Carolina Valença e LEITE, Glauber Salomão (coord). Direito à Diversidade. São Paulo: Atlas, 2015.

SOUZA JUNIOR, Paulo. R. A Questão de gênero, sexualidade e orientação sexual na atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o movimento LGBTTIQIS. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**. e-ISSN: 2525-9849. Salvador. v. 4. n. 1. p. 1 – 21. Jan/Jun, 2018.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. **Educação e Realidade**. Vol. 20 (2), jul/dez, 1995.

STEARNS, Peter N. **História das relações de gênero** [trad. Mirna Pinsky], 2ª ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

ZANATTA, Michelle. Â; FARIA, Josiane. P. Violência contra a mulher e desigualdade de gênero na estrutura da sociedade: da superação dos signos pela ótica das relações de poder. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**. e-ISSN: 2525-9849. Salvador. v. 4. n. 1. p. 99 – 114. Jan/Jun, 2018.

Enviado em: 04/08/2021

Aceito em: 21/06/22

Editor-Chefe Prof. Dr. Antonio Marcio Haliski

Editor-Adjunto Profª Dr.ª Gislaine Garcia de Faria

Editor-Adjunto Profª Dr.ª Maria Lúcia Buher Machado